

Chocolate, o filme: uma leitura do lugar das mulheres na ordem das coisas

*Naira Pinheiro dos Santos**

RESUMO

Chocolate, o filme, apresenta-nos uma história na qual procuramos desvendar os meandros pelos quais a violência de gênero se constitui e tece seus fios nas malhas do poder normativo da religião, da ciência e da política. Um sistema de poder de cuja produção e manutenção todas as personagens participam, ainda que de formas diversas e em graus variados.

Palavras-chave: Gênero – Violência simbólica – Religião.

Chocolate, the movie: an interpretation of the place of women in the order of things

ABSTRACT

Chocolate, the movie, presents us a story in which we try to disentangle the meanders by which gender violence is produced and is woven in the fabrics of the prescriptive power of religion, science and politics. A power system in whose production and maintenance all characters participate, even if through different forms and several degrees.

Keywords: Gender – Symbolic violence – Religion.

Chocolate, la película: una lectura del lugar de la mujer en el orden de las cosas

RESUMEN

Chocolate, la película, presenta una historia en que se trata de revelar las complejidades

por las cuáles la violencia de género se constituye y hace su malla en el poder normativo de la religión, la ciencia y la política. Un sistema de poder para cuya producción y mantenimiento los personajes involucrados contribuyen, aunque de diferentes maneras y en diversos grados.

Palabras clave: Género – Violencia simbólica – Religião.

O filme

Chocolate, do diretor Lasse Hallström, é baseado em romance homônimo de Joanne Harris, e conta a história do vendaval causado por Vianne Rocher, com sua chegada a uma pequena cidade no interior da França, onde resolve instalar sua loja de chocolates. Sua chegada à cidade se dá num domingo, no momento em que se celebra a missa, e da qual participam os moradores, sob forte vigilância do Conde de Reynaud.

O Conde nos é apresentado como um homem versado em história, paciente, que acreditava na sabedoria de seus antepassados, que “cuidava” do vilarejo e procurava se mostrar como exemplo aos demais cidadãos, por meio da dedicação ao trabalho, modéstia e disciplina. Portanto, alguém cuja autoridade se baseia na tradição familiar e religiosa: seu antepassado, o primeiro conde de Reynaud expulsara os huguenotes da cidade. Seu “cuidado” se expressa no extremo controle que exerce sobre a vida e as atividades dos moradores. É ele quem recepciona os fiéis à porta da igreja e é também ele quem escreve ou revisa os sermões que o padre profere. Assim, embora formalmente seu cargo seja apenas político, na prática ele personifica não apenas o poder político, como também o acadêmico e o religioso.

Os moradores da cidade, segundo nos informa a narradora, “acreditavam em tranquilidade. Todos os que viviam na cidade agiam segundo o que se esperava deles. E conheciam seu lugar na ordem das coisas, o que, aos esquecidos, era logo lembrado. Se vissem algo que não deveriam, aprendiam a olhar para o outro lado”. Era um lugar onde os desiludidos aprendiam a não pedir mais. Assim, “na alegria e na tristeza, na fome e na fartura, os habitantes se apegaram às tradições”.

* Doutoranda em Ciências da Religião na Umesp Universidade Metodista de São Paulo, membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/Netmal.

Vianne, ao contrário, aparentava ser bem instável e pouco afeita a agir de acordo com as convenções sociais, embora fosse ela também prisioneira de sua própria tradição que a obrigava a vagar de cidade em cidade, levada pelo vento norte, e distribuindo remédios de cacau, como seus antepassados faziam havia várias gerações. Mulher, nômade, mãe solteira, nem bem chega à cidade é convidada a estar presente na missa dominical, convite que declina. Não bastassem estes ingredientes para atrair a ira do poder político-religioso local, ela lhe acrescenta mais um: a abertura de uma loja de chocolates no centro da cidade, em plena Quaresma, supostamente uma época de “abstinência, reflexão e sincera contrição”, conforme sermão do padre proferido no domingo da chegada de Vianne ao vilarejo.

Violência simbólica

Para Rachel Soihet, “o duplo discurso do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher, restritivas da liberdade e da autonomia feminina, que convertem uma relação de diferença numa hierarquia de desigualdade, configura uma forma de violência” (1997, p. 10). *Chocolate* é um filme cujo atrativo está exatamente na apresentação explícita de processos de violência simbólica, em nos levar a refletir sobre essa dinâmica. Os moradores da pequena cidade do interior da França são sacudidos de sua letargia por um aparentemente insignificante acontecimento: a abertura de uma loja de chocolates. O chocolate, que na cultura dos maias tinha o poder de liberar desejos ocultos, vem cumprir sua missão nas mãos de Vianne, que o ministra como remédio. Remédio para as almas ou vidas aprisionadas do vilarejo, mutiladas em sua liberdade ou “potência de agir”, no dizer de Negri (PELBART; COSTA, 2001, p. 89), proibidas que são até mesmo de olhar para o chocolate na vitrine. Afinal, o aparentemente inofensivo e inocente chocolate transforma-se, no sermão do padre, em “ardil de Satanás”.

Para Luciana Loponte “há uma conexão muito estreita entre visão e poder. O ato de ver – que envolve o que selecionamos para ver e como vemos – produz efeitos sobre os sujeitos, produz relações de poder, muitas vezes de forma sutil e sedutora” (2002, p. 290). Urge então controlar o olhar dos

indivíduos de forma a “reduzir suas possibilidades de auto-expressão, constrição sua criatividade, limitar sua liberdade e estimular a passividade” (MEISIEK, 2004, p. 17). É exatamente a isso que se propõe e que pretende o poder político religioso da cidade, personificado na figura do Conde de Reynaud, em sua atitude vigilante e controladora sobre os habitantes. Sobre todos os habitantes, inclusive o padre, de quem revisa todos os sermões. Porém, o alvo especial e predileto são as mulheres.

Às mulheres se impõe o silêncio, até mesmo por meio da coerção física, se preciso. Esse é o caso da personagem Josephine, que, desde o início do filme, nos aparece como alguém que mal pode falar e que é submetida à violência física pelo marido, Serge. Tampouco tem liberdade de movimentos, constantemente vigiada por ele. A restrição da autonomia e a submissão da identidade feminina à masculina transparecem também na imposição do luto a Mme. Audel. Seu marido falecera na Primeira Guerra Mundial e, no entanto, em 1960, ano em que o filme é ambientado, ainda lhe é requerida atitude de luto, inclusive por suas amigas. Essa condição é ilustrada por outra personagem, Caroline, também viúva, e que, no dizer de sua mãe, tornou-se muito “temerosa” após a morte do marido, passando desde então a exercer rigoroso controle sobre sua própria vida e a de seu filho. Ou seja, o domínio masculino sobre essas mulheres é exercido mesmo na ausência física do marido, sendo que não apenas sua identidade como também a sua dignidade permanecem dependentes, subordinadas a eles.

Enfim, das mulheres busca-se não somente que se esvaziem de toda subjetividade, no dizer de Annateresa Fabris (2003, p. 63), mas também que manifestem uma passividade tal a ponto de encontrarem satisfação e alegria em cumprir aquilo que delas se espera. Essa expectativa é posta sobre todas as personagens femininas, mas é claramente expressa na fala da personagem Josephine, logo após anunciar a Vianne que esta não deverá durar muito tempo na cidade, uma vez que não frequenta a igreja e não se confessa: “Se não fingir que tudo que quer na vida é servir ao marido três refeições ao dia, dar-lhe filhos e limpar a casa, então você é louca”.

Gênero e religião na articulação da violência e da graça

A fala de Josephine não é apenas um desabafar de alguém cansado de atribuições às quais se dedicou por livre escolha, mas reflete a opressão de uma mulher longamente submetida à violência física e simbólica. De acordo com Sandra Duarte de Souza, a mulher

é socializada pela religião para a submissão, a obediência, a dependência, o cuidado com o outro, enquanto o homem é socializado para dominar, ser obedecido e ser independente. Nesse processo, enquanto o homem é objetivado como um ser autônomo e com poder, a mulher é objetivada como um ser dependente e sem poder. [...] A partir de um discurso misógino, a religião não apenas produz ou reproduz a violência de gênero, mas a sacraliza. O discurso religioso, para o/a fiel, tem *status* de coisa sagrada (2002, p. 24 e 25).

O caráter sagrado do discurso a que Josephine é submetida transparece não só no contexto da fala, e pela referência explícita ao “sacramento do matrimônio”, que é, no dizer do Conde, “santificado por Deus”, como também na ideia de um poder masculino sacralizado. Essa ideia está implícita e nos é revelada na imagem que Josephine faz de seu marido como alguém que é “dono do mundo”, ele é “como se fosse dono do mundo”, ela “sabe” disso. É uma verdade sagrada. Uma verdade que a pretende circunscrita a um determinado espaço, a um determinado poder.

“O preço de pertencer a um lugar é agir como os outros esperam”, nas palavras do personagem Roux. O cerceamento do olhar, do desejo, do espaço cobra seu preço e provoca o estado de não-ser e de não-relacionamento, travestido de tranquilidade pelos habitantes da pequena cidade. É pela interdição da convivência, por meio da vigilância “onipresente” do Conde, que a vida é controlada e o medo, instaurado na cidade. E é assim que se expressa a violência simbólica, pela imposição de “inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los ‘comportarem-se’, a abolir a ação espontânea e a reação inusitada” (ARENDR, 2004, p. 51). Trata-se do

reino da lei, política, religiosa, à qual se pretende que todos se conformem, que se submetam a um saber científico, a um poder específico, o único autorizado, o lugar de “verdade”, “próprio” do homem – do qual o Conde é o principal representante, mas do qual também o padre e até mesmo Serge participam. Contudo, se há imposição da lei e da norma, tal imposição não ocorre sem o consentimento dos personagens que, assim, esperam ter tranquilidade. Ou seja, ainda que de formas diversas e em graus variados, todos constituem e participam desse sistema de poder, tanto pela anuência quanto pela vigilância que exercem uns sobre os outros.

A presença de Vianne e de sua loja, no entanto, expõe a vulnerabilidade dos moradores a seus próprios desejos, e leva-os a questionar a validade de tais normas. Assim, o medo da perda de tranquilidade, do colapso, que reafirma e realimenta o poder político religioso do Conde, luta contra a instabilidade provocada pela presença da loja de chocolates, com seu poder místico e sedutor. Poder que se refere não apenas ao chocolate em si, mas também ao ambiente acolhedor propiciado por Vianne, que possibilita aos frequentadores da loja retomar um livre expressar, a ponto de provocar a pergunta da personagem Amande: “Afim, isto é uma chocolataria ou um confessionário?” A chocolataria é o espaço da comunhão, da graça, do perdão, da restauração dos relacionamentos que a lei tratara de controlar.

Assim é que a própria batalha que se estabelece na cidade parece assumir um aspecto generificado, na medida em que o gênero é o campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado ali (SCOTT, 1990, p. 16). Generificado e explicitamente religioso porque se fazem presentes pressupostos enunciados por pais da Igreja, como Crisóstomo em seu escrito *Sobre o sacerdócio*:

Há no mundo um grande número de situações que debilitam a consciência da alma. A primeira e mais importante destas é o trato com as mulheres. Em sua preocupação com o sexo masculino, o superior não pode se esquecer das mulheres, que precisam de maiores cuidados, exatamente por causa de sua pronta inclinação para o pecado. Nesta situação o inimigo maligno pode encontrar muitas

maneiras de entrar sotilamente, em sigilo. (Apud RANKE-HEINEMANN, 1988, p. 134).

Se estas ideias parecem ser reproduzidas em um dos sermões proferidos pelo padre, em outra ocasião, é o conde que, em conversa com o padre, identifica claramente o inimigo com Vianne. Ou seja, a disputa, caracterizada como uma cruzada, uma guerra santa entre o castelo e a chocolataria, personifica-se, de um lado, na figura do conde, que exerce um cuidado tido como tipicamente masculino, isto é, político-sacerdotal, autoritário, de controle, e de outro, na figura de Vianne, que exerce um cuidado tido como tipicamente feminino, isto é, servil, acolhedor, relacional. E é nisso que reside seu aspecto generificado. Não tanto no fato de a disputa assumir a aparência de uma luta do homem contra a mulher e do feminino que resiste ao masculino, mas sim em que o poder aqui é articulado por meio das representações sociais e religiosas que se fazem dos sexos.

O *Angelus Novus* do porvir

O filme, no entanto, tem final feliz. Enfim, a graça se sobrepõe à lei, até porque seu último bastião, o conde, é também ele confrontado com seus desejos até o ponto de não poder mais lhes resistir. Esse final feliz parece fazer eco à fala de Toni Negri, em entrevista concedida a Pelbart e Costa:

Se há uma teleologia possível, é somente aquela em que a liberdade inventa, em que o monstro (que se subtrai à "racionalidade" do controle) é o *Angelus Novus* do porvir, aquele que olha adiante e se apropria do real e o metamorfoseia. Refletindo sobre essa conclusão, duvido que nos chamem de serenos. (2001, p. 94).

No espaço proporcionado para o (re)encontro de si mesmos, os habitantes da cidade podem

(re)encontrar-se também uns dos outros, transformando assim os hábitos da outrora "tranquila", "serena" cidade. O último sermão do padre – agora seu e não mais do conde – é um sintoma dessa mudança: naquele dia ele não quer mais falar da divindade de Deus, mas sobre sua humanidade. Fala de tolerância, de bondade que não pode ser medida pelo que não se faz ou se nega a si próprio, ou a quem se exclui, mas pelo que se aceita, pelo que se cria e por quem se inclui. Enfim, o trabalho de desconstrução realiza, ele também, o trabalho de reconstrução de um novo porvir, um trabalho necessariamente sempre reinventado.

Referências bibliográficas

- ARENDR, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FABRIS, Annateresa. Cindy Sherman ou de alguns estereótipos cinematográficos e televisivos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 11, n. 1, 2003.
- LOPONTE, Luciana Grupelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 10, n. 2, 2002.
- PELBART, Peter Pál; COSTA, Rogério da. *Angelus Novus* do Porvir. Entrevista com Toni Negri. In: Toni Negri. *Exílio seguido de valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus*: mulheres, sexualidade e a Igreja católica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1990.
- SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, 1997.
- SOUZA, Sandra Duarte de. Corpo de mulher e violência simbólica. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 322, 2002.
- VERGARA, Silvia Constant; CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de; GOMES, Ana Paula Cortat Zambrotti. Controle e coerção: a pedagogia do olhar na espacialidade do teatro e das organizações. *RAE Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 3, 2004.